



O Exército e a Unidade Nacional

José Fernando de Maya Pedrosa*

Materia extraída de conferência realizada pelo autor, em 22.03.94, no auditório da Escola Técnica Federal, no contexto das comemorações da Semana do Exército.

O General Flamarion Barreto Lima, que ajudou a formar gerações de chefes militares, era por natureza um homem modesto e um servidor do ideal castrense.

Não tinha a pompa e, muito menos, o nome para conviver na platéia da cultura com os maiores da Historiografia Nacional — nem ele mesmo tinha esse desejo — pois considerava-se um simples professor, um preparador para o difícil concurso para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Alugava o estreito e úmido porão do Edifício Praia Vermelha, onde, entulhados e silenciosos, ficavam os oficiais candidatos a

ouvirem lições, realizando provas, discutindo esquemas, argumentando.

Entretanto, escudado naquela modéstia que lhe era peculiar, o general expressava conceitos que marcaram a mentalidade de seus alunos e uma forma de encarar o passado brasileiro pelos seus resultados presentes na realidade e na fisionomia nacional, um argumento convincente porque palpável e lastreado nas leituras que recomendava.

Eis, literalmente, um dos seus conceitos, quando concluía os estudos sobre o Período Colonial Brasileiro:

“Os dois Estados (que se formariam aqui pelas tendências naturais de nossa vastidão e pelos desafios históricos) estariam assim definidos: um pela **Comunidade do Nordeste**, a que fosse agregada a Comunidade do Norte; outro baseado na **Comunidade do Centro-Sul**, a que fosse agregada a Comunidade do Sul.”

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior, sócio-efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

“Esses mesmos Estados poderiam constituir-se ainda de modo diferente: o **Estado do Nordeste**, com base na comunidade canavieira, e o **Estado do Centro-Sul**, ou seja, limitado pelas áreas de Minas Gerais e São Vicente. A Área do Sul (nesse caso) poderia ser atraída pelo Estuário do Prata e integrada à Argentina ou ao Uruguai, a Área do Norte poderia continuar, ainda no presente, na situação colonial, como ocorre com as Guianas.”

E continuava o velho general a identificar as causas de termos contrariado essas tendências e herdado de Portugal uma vastidão que vai do Atlântico aos contrafortes dos Andes, do escudo goianense ao Delta do Prata:

- o unitarismo político e administrativo do colonizador, conciliado, quando necessário, ao controle e à defesa;

- a presença histórica da Coroa Portuguesa no Brasil (1808), ao contrário do que ocorreu com as Repúblicas de origem hispânica, hoje um colchão de retalhos de países semelhantes, somando problemas e subtraindo poder do que seria um grande país como o Brasil, descontada aí a compartimentação geográfica dos Andes como elemento dissociador.

A unidade nacional, portanto, foi uma herança a ser mantida pelos brasileiros, o que de fato ocorreu tanto no Primeiro como no Segundo Império, tendo o Exército e a Marinha como braços executores dessa política, digamos, dessa grande estratégia, destacando-se aí a espada do Duque de Caxias, um soldado que se dedicou à causa da Coroa, sem a qual não teria havido nem ordem, nem coesão. Antes que dois Estados, como formulava o General Flamarion, teríamos

aqui uma constelação de países pequenos, insignificantes, dominados, como na América Central, pelo imperialismo da era pós-mercantilista.

Poderíamos então formular a seguinte configuração do atual território brasileiro, não fossem aqueles fatores do Período Colonial nem tivéssemos aqui uma Coroa Imperial em nossos primeiros tempos de Nação independente, dotada de um Exército e de uma Marinha articulados como instrumentos de ordem e respeito ao poder central unitário e atuante:

- no Norte, áreas ainda coloniais ou incorporadas à Grã-Colômbia ou nações dela formadas; ainda ao Norte, um país extenso mas pobre e dependente, nos territórios dos atuais Estados do Pará, Amazonas e Maranhão;

- no Nordeste, um país de economia dependente, nos territórios dos atuais Estados do Ceará até a Bahia;

- no Centro-Sul, um país articulado e mais desenvolvido, com base no modelo administrativo e político adotado pelo curso histórico que tomou o Brasil. Poderia constituir-se num país importante;

- no Sul, um outro país semelhante ao Uruguai e à Argentina, formado na base da cultura gauchesca.

A nossa grandiosidade territorial e unidade cultural e política é, portanto, um milagre do qual nós do Exército (das Forças Armadas) nos orgulhamos muito e que prometemos garantir a todo custo, intervindo sempre que ela for ameaçada.

Esta é a visão grandiosa que o pensamento militar brasileiro fixou no campo da História e que serve de inspiração e base doutrinária de suas ações até os dias correntes.

Convém fixar com mais profundidade, entretanto, no que está centrado este pensa-

mento histórico, já que vivemos hoje numa época de contestação e dúvidas.

É fácil observar, aprioristicamente, que tudo parece negativo aos olhos de expressiva parte da intelectualidade, como se estivesse tudo a serviço de uma classe ou grupo dominante, tal a impregnação na mente brasileira dessa concepção de classes e seus rígidos interesses em ação.

Eduard Spranger formulou o conceito de que "a História, ao compreender a vida passada, tornou-se uma força presente e formuladora do futuro", de onde se depreende o caráter educativo e indutivo dessa ciência. O pensamento histórico, ou a maneira de se encarar o curso da História, sua causalidade, as influências do pensamento filosófico sobre ela, tudo isto tem conotações de infinito — Tucídides, Tomaz de Aquino, Vico, Taine, Tocqueville, Goethe, Luden, Rousseau, Kant, Nietzsche, Hegel, Marx, Heder, Tierry, Thomas Carlyle, Febvre, Ranke e centenas de outros. Aqui no Brasil — José Honório Rodrigues, Pedro Calmon, Capistrano de Abreu, Afonso Taunay, Euclides da Cunha, Gilberto Freire, Oliveira Viana, Alberto Torres, João Ribeiro, Nelson Werneck Sodré, Francisco de Assis Barbosa, Caio Prado Junior, Tasso Fragoso, Francisco Ruas Santos, entre muitos outros, foram os impulsionadores do pensamento brasileiro na historiografia, com incursões na sociologia brasileira, todos fundamentados em filosofias de seu tempo.

Voltando-se ao conceito de Spranger, além da força formuladora do futuro, a História seria também uma força presente, viva, utilitária, às vezes, podendo, portanto, por via de consequência, servir aos interesses do momento, transcendendo o seu caráter meramente factual e documental, para entrar

na área da interpretação — esta sim, sujeitada fortemente à ideologia política de cada um.

No meu modesto entendimento, o racionalismo moderno e o realismo do pós-guerra deram, à Historiografia Contemporânea, a oportunidade da militância política ou ideológica, geralmente revolucionária e contestadora, para a qual quem não instrumentalizar a História é considerado dela beneficiário, pelo conservadorismo e pela reação contrária às idéias novas.

É uma concepção radical e cortante, exciudente e simplificadora, bem ao modo dos homens de ação. E o intelectual, quando transformado em homem de ação, deixa o pensamento criador subjugado ao seu interesse ideológico e à sua concepção de uma sociedade que idealizou. Deixa de ser um garimpador da verdade para formá-la a seu modo e ao modo de seu grupo ideológico. Esta parece ser uma realidade que a poucos tem interessado, infelizmente.

O grande mestre José Honório Rodrigues, que tanto influenciou o pensamento historiográfico militar com sua *Teoria da História do Brasil*, em certo tempo de sua fértil existência, abriu campo para uma revolução cultural, quando sistematizou, em *Vida e História* (Ed. Civilização Brasileira), os conceitos de História Neutra e de História Combatente. Lá se foi o historiador neutro, apegado aos documentos e aos fatos, justamente o contrário do que tanto pontificou ele mesmo em sua *Teoria da História do Brasil*.

Agora seria necessário desmistificar a História, quando pontificou pelo revisionismo para se opor à ortodoxia. Trata-se, para ele, de um movimento que "enfrenta figurões, desafia a oligarquia". Insinua também que a História Neutra (que tanto exaltou e estimulou

em obras anteriores) está do lado da injustiça social, da privação econômica do povo. E termina dizendo que “as descobertas históricas que o revisionismo sempre estimula vêm menos das pesquisas factuais trazidas pelos novos documentos do que das questões novas que sabemos levantar”. Fico pensando que valerá mais, doravante, a interpretação ideológica da História do que um ajustado e

“O movimento revisionista está interessado muito menos na verdade e na prova e muito mais em apoiar mudanças radicais de regimes políticos”

imparcial exame dos fatos, suas causas e conseqüências, sem eliminar, é claro, a influência do pensamento criador e livre do analista. Quando José Honório condenou as razões de estado que sustentavam a historiografia antiga no Brasil, a partir de Varnhagem, por ressaltar apenas os figurões do passado e esquecer a história do povo, eliminou todo o esforço dos que se dedicaram ao estudo do País, cada um a seu tempo e com sua mentalidade, incluídos aí (pelo menos foi o que deparei dos que escreveram dentro desta idéia excludente) todo aquele elenco de pesquisadores e analistas do Brasil — Artur Ramos, Nina Rodrigues, Gilberto Freire, Roberto Simonsen, Antonio da Silva Melo, e por aí vai...

Que me desculpe o velho mestre José Honório, ao qual nós militares afeitos à História temos muito respeito, mas sua

dicotomia de História Neutra a serviço do conservadorismo reacionário e História Combatente a serviço da justiça não se aplica, de forma nenhuma, ao meio militar, nem abala nossas convicções. Nós não nos julgamos enquadrados em nenhuma dessas fórmulas — ortodoxa ou revolucionária.

Acredito que nas formulações dele, José Honório, produto meramente de seu intelecto, e dos intelectuais de seu grupo, não estivesse previsto o exagero ideológico militante, iconoclasta e anti-história que se seguiu no bojo do movimento revisionista, interessado muito menos na verdade e na prova e muito mais em apoiar mudanças radicais de regime político.

Assim, pelo modelo contrário ao que acabamos de mostrar, fixaremos, a baixo, qual é o pensamento militar brasileiro no campo da História:

- o passado deve ser criticado e revisto, pois estudamos História para não repetir erros (História Pragmática?) no sentido em que ela é educativa;

- acreditamos que negar o mérito evidente dos nossos antepassados é não apenas uma farsa, como renegar os méritos da própria gente brasileira. Temos é que ressaltá-los, como o fazem as nações mais experimentadas do mundo, cada uma a seu modo, como nos Estados Unidos, onde tanto o colonizador como o índio são exaltados em suas qualidades e vontades. No Brasil, como poderíamos deixar de exaltar as lutas no sul entre luso-brasileiros e hispano-sul-americanos para fixação de nossos domínios, ou o mérito dos que lutaram pela soberania interna do Estado Brasileiro, ou pela unidade nacional contra movimentos separatistas?

- afirmam os historiadores militares que o Exército está a serviço do povo brasileiro

na formação de um grande País. Negamos as insinuações de que somos uma força a serviço de uma "classe" ou de uma camada minoritária da população, o que achamos produto da visão materialista que só encara o mundo pela ótica do oprimido e do opressor;

• tem-se mentido, tem-se subtraído, tem-se negado o esforço dos homens e das instituições para a unidade nacional, e para integridade territorial do Brasil, ficando a História como instrumento de manipulação e de doutrinação, de negação do papel do Estado no curso formador do País, e com ele o do Exército, o braço armado do povo que o compõe. Teria o grande mestre José Honório previsto este desvio?

E não se diga que somos reacionários, porque foi no Exército que frutificaram as idéias de Oliveira Viana e de Alberto Torres quando criticaram nossas mazelas históricas, o que redundou na Revolução de 1930, quando os militares derrubaram as oligarquias ruralistas da República Velha, por sua influência nacionalizaram-se o subsolo e as águas, instituiu-se o voto secreto e o da mulher, formularam-se as leis trabalhistas, depois instituiu-se o monopólio estatal do petróleo, solução da época, nacionalizaram-se os fretes marítimos, e recentemente estenderam-se os direitos trabalhistas ao campo, sempre com o apoio e a paixão de justiça social dos militares.

Não se diga, portanto, que somos alheios à modernidade e à justiça social, defensores da oligarquia, pois somos uma força que dispensa o racismo, que sempre serviu de acesso para as camadas mais pobres da sociedade, que acompanha e participa das questões do interesse nacional e do desenvolvimento, sem nenhum compromisso com os homens do poder econômico, mas reco-

nhecendo o seu papel fundamental no desenvolvimento e a proteção que devem ter para produzirem e criarem riquezas.

Não somos ingênuos para desconhecer que viemos de uma situação colonial incômoda, exploratória, injusta, com elementos sociais nem sempre voltados para o trabalho, e que nossas riquezas foram dizimadas. Mas não deixamos de reconhecer os legados lusitanos na defesa intransigente do território e de sua unidade, miscigenação, participação geral na defesa do território pelas Ordenanças Afonsinas, o que fazia de todos soldados, conquista viril de um imenso território para o poente, ocupação e fortificação das fronteiras distantes e do litoral, com mais de trezentas fortificações permanentes, lutas sem fim, mais de vinte guerras no Sul, para mantermos distantes os hispano-sul-americanos e garantirmos esta vastidão territorial que é o maior legado do esforço militar luso-brasileiro.

E pensar-se que tudo isso é negado por uma parte da intelectualidade nacional, a tomar como exemplo o telecurso do segundo grau na TV, que exalta o socialismo em Angola e as lutas operárias no Brasil, mas que não dedica uma página sequer aos feitos do povo brasileiro em armas.

Diz que o esforço colonial foi interesse da nobreza e da burguesia portuguesa e menospreza o ideal de grandeza e poder do povo lusitano, sua religiosidade e sua impulsão histórica para grandes feitos e epopéias.

Ligados ao método descartiano, por natureza profissional, tendem os militares à análise das partes componentes do problema proposto, estudando-as separadamente, comparando soluções, encontrando respostas coerentes. A valorização de uma dessas partes, no caso do estudo da História, como

a do fator econômico, por exemplo, não nos parece correta, posto que na vida humana existe uma constelação de motivações de natureza variada, porque o homem não é apenas um ser econômico. Ele sonha, ele explora, ele crê no sobrenatural, e observe-se que os homens mais importantes da História foram os livre-pensadores, os místicos, os cientistas, os grandes soldados. Esta é uma das razões para que os militares tenham definido posições contrárias ao marxismo, desde que seus adeptos se envolveram com a tomada do poder pela força em 1935, ou por outros métodos de indução através deste conturbado século.

Além do mais, este velho hábito em nossas escolas militares de buscar as causas e conseqüências nos faz encarar a História não apenas pela sua seriação, mas pela continuidade dos tempos, onde o futuro se

***"No meio militar, negar
as origens e o passado
é uma espécie de ofensa"***

forma hoje, porque o hoje foi formado pelo passado. Ora, se a unidade nacional foi formada num passado de conflitos, é provável que, no futuro, esta coesão seja novamente posta a prova, e que tenhamos que intervir novamente a serviço do Estado e, em última instância, em benefício do povo. Se houve quem se sacrificasse pela unidade nacional, devemos preparar as gerações futuras para desafios idênticos, louvando nossos heróis e preparando constantemente o povo para a luta, e isto não é novidade nem originalidade quando verificamos o que se faz em outros países. No meio militar, negar as origens e o

passado é uma espécie de ofensa, principalmente quando sabemos que a chamada "História Combatente" descambou para a ação desagregadora, e envolvia intenções de levar o País a um conflito possivelmente violento, porque violenta é a ação revolucionária contemporânea.

Reconheço que somos carlaillianos (às vezes, até um pouco mais da conta), porque é o grande chefe, no modelo de líder que todos os exércitos do mundo procuram. É no seu modelo que nos inspiramos para a constante preparação de nossos quadros. Poderia ser diferente? Querem, os intelectuais, que os soldados sejam amorfos e que fiquem por aí sem uma crença, sem um chefe?

Negamos esta dicotomia de que fazemos história à revelia do povo, como insinuou o mestre José Honório quando definiu as posições da História Neutra e da História Combatente. A História Militar, pelo visto, estaria na categoria dos neutros, mas é, ao contrário, a maior consagração que se faz de um povo, de uma gente, de uma nação.

Assim se pensa em nosso meio, daí o General Dionísio Cerqueira ter dedicado quase todas as páginas de seu livro de reminiscências ao simples combatente nos pântanos do Paraguai, e daí a *História do Exército Brasileiro*, editada pelo Estado-Maior do Exército, em 1971, ter o subtítulo de "Perfil Militar de um Povo".

Outro curioso aspecto de nossa História é a confrontação entre unitarismo e federalismo ou seja, da monarquia e da república.

Na verdade a questão essencial não era a forma ou o regime e sim a unidade nacional.

Havia os liberais e os conservadores, os federalistas republicanos com muita proximidade com o separatismo, e os conserva-

dores que limitavam os poderes das províncias, e havia os conciliadores que asseguravam certa autonomia local para as Assembléias Provinciais.

Felizmente, os legisladores tenderam para o unitarismo, não apenas na Constituição de 1824, como no Ato Adicional de 1834 e na Interpretação do Ato Adicional de 1840. Foi por este motivo e pela ação militar do Exército e da Marinha que o Império se consagrou como o responsável pela nossa proverbial unidade.

Devemos assinalar que essa tarefa não foi fácil, em vista das influências exógenas dos Estados Unidos, da França, da Inglaterra e dos países sul-americanos de regime republicano.

Foi assim que o braço armado do Império foi sufocar as rebeliões do Primeiro Império, do Período Regencial e do Segundo Império, todas de tendência federalista, republicana e descentralizadora, quando não separatistas, umas mais, outras menos. E a luta já se fazia antiga, porque essas idéias estavam presentes na brilhante Olinda de 1817, 1822, 1823 e na Confederação do Equador em 1824 (Frei Caneca, Paes de Andrade, etc.).

Curioso é que, justamente nessa época, nos tempos de uma Regência claudicante e de tendências liberais, surge na cena nacional Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, filho de um general ilustre e que tanto lutara pela Independência e pela ordem interna, sobretudo na Confederação do Equador que, se vitoriosa, seguiria a Constituição da Confederação da Grã-Colômbia.

Fora criado Luiz Alves de Lima e Silva sob a preocupação de assegurar o poder do Império, da Coroa, como única garantia de grandeza da Pátria recém-nascida.

Outro curioso aspecto deste personagem é que, no ocaso do Império, consequência da Guerra do Paraguai, da libertação dos escravos sem indenização, da decadência física do Imperador, estava ele entrando também no ocaso da vida, com as idéias republicanas em livre curso, prestigiadas até pelo seu velho Exército.

Não há interpretação histórica válida que possa diminuir e muito menos apagar a importância desse soldado que atuou em tempos difíceis da nacionalidade (1839-1875). Ele tinha um traço muito lusitano e, portanto, brasileiro. Ao contrário de seus similares sul-americanos de origem hispânica, Caxias foi moderado, politicamente imparcial e desinteressado pelo sucesso pessoal, tolerante e conciliatório, embora enérgico no emprego da força, última etapa de um longa e paciente procura do entendimento. Não havia nele aquele traço de crueldade dos caudilhos, nem a arrogância e frieza dos próceres das nações vizinhas.

Seus métodos de ação nas campanhas pela unidade nacional, fundamentavam-se numa estratégia de efeitos duradouros.

Em primeiro lugar, aparelhava-se militarmente porque sabia que o argumento sem a força nada valia diante de antagonistas radicalizados e astutos. Seguidamente, manobrava com suas tropas para colocá-las em posição militarmente vantajosa. Invariavelmente concitava o oponente à rendição, prometendo-lhe tratamento digno e anistia, argumentando sempre com a coesão do Império e pela ordem interna apartidária e indulgente.

Renitente o revoltoso, e sabendo que a força é infelizmente (como o foi em todos os tempos) o argumento definitivo, o general desembainhava a espada e dava batalha. Não

permitia crueldades, pilhagens e humilhações ao vencido. Anistiava depois, cuidava de reorganizar a sociedade local, aproveitava imediatamente a cooperação dos vencidos, dava-lhes segurança. Este método nunca foi adotado no continente americano, o que coloca Caxias no qualificativo de "General Pacificador".

As ações militares e políticas de Caxias estão fartamente documentadas, muitas vezes pelos próprios vencidos. Há escritos seus, como a farta correspondência para sua esposa Anica e para seus amigos, algumas das quais expressando mágoas e injustiças que sofreu na política e mesmo no meio castrense, sempre com o respeito que lhe era peculiar pelos superiores, dentre os quais o próprio Imperador.

A presença do Exército em todo o território (e por igual as demais Forças Armadas — Marinha e Força Aérea) e a nossa identidade com os anseios da Nação refletem o exemplo de nosso Patrono: energia na ação, sentido pacificador e moderado, constante fixação na integridade e na unidade nacional. A nossa presença se faz sentir imediatamente pelo simples fato de termos, em nossos quadros, todas as camadas sociais. De termos gente de todas as raças, credos e religiões que ascendem na hierarquia pelos valores próprios, pelo estudo, independente de qualquer influência externa no processo seletivo.

Nossa posição ideológica pela cristandade e princípios liberais nos lança em campo adverso do materialismo e das ideologias revolucionárias e violentas, o que nos levou a uma visão histórica corretíssima, escolhendo, em 1935, caminhos que se

mostraram certos no final da década dos anos oitenta com o esfacelamento e completo desmascaramento da ideologia revolucionária que a tantos brasileiros infelizmente encantou, na busca de um paraíso político idealizado.

Gostaríamos que não tivesse havido choque ideológico decorrente dessa diferença de ideologias, mas infelizmente isto não foi possível. Não foi possível sequer negociar, como fazia nosso Patrono em suas campanhas, dada a violência e o caráter da forma de luta adotada, num conflito interno sem peculiaridades nem passado histórico para estudar, estando eles imbricados na própria inteligência nacional — artistas, intelectuais, professores, estudantes, historiadores, políticos e, até, soldados.

Fica tudo isto para estudo por historiadores honestos (para não dizermos "neutros"), qualificados pelo próprio José Honório Rodrigues em sua obra primeira *Teoria da História do Brasil* (Instituto Progresso Brasil SA, São Paulo, página 236), citando Goethe: "o principal dever do historiador, no processo de pesquisa e estabelecimento dos fatos, é distinguir o verdadeiro do falso, o certo do incerto, o duvidoso do inadmissível".

Penso que a unidade nacional depende muito da presença do Exército, da tolerância, da preocupação constante com a guerra civil a ser evitada a todo custo.

Jamais negaremos nosso passado, e nos entristecemos com estes descaminhos que a intelectualidade "combatente" tomou no Brasil, sem a natural sensibilidade pelos valores nacionais que todos os países do mundo cultivam a seu modo. □